

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.937 - RS (2015/0185812-6)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : M H S**  
**ADVOGADOS : SALOA MARIA NEME DA SILVA E OUTRO(S) - RS010146**  
**LARISSA MANIQUE BARRETO SCARPATO - RS087733**  
**RECORRIDO : P F L**  
**ADVOGADO : ANDRÉA LILIA KRAEMER E OUTRO(S) - RS031476**

## EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL, ALIMENTOS E PARTILHA. SENTENÇA PROFERIDA. AÇÃO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO

## DECISÃO

Da acurada análise do agravo de instrumento que deu origem ao presente recurso pode-se depreender que P. F. L. (P. F. L.) ajuizou ação de dissolução de união estável contra M. H. S. (M. H. S.) na qual foi deferido o pagamento de alimentos provisórios.

P. F. L. interpôs agravo de instrumento afirmando que não possui condições de pagar o valor deferido e que M. H. S. é jovem e capaz de manter seu próprio sustento.

O Desembargador relator deu provimento ao recurso para exonerar P. F. L. do pagamento dos alimentos provisórios.

Posteriormente, o TJRS negou provimento ao agravo interposto por M. H. S., mantendo a decisão em acórdão, assim ementado:

*AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ALIMENTOS PROVISÓRIOS EM FAVOR DA EX-COMPANHEIRA. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA NECESSIDADE.*

*1. Comporta decisão monocrática o recurso que versa sobre matéria já pacificada no Tribunal de Justiça. Inteligência do art. 557 do CPC.*

*2. É descabida a manutenção de alimentos provisórios em favor da ex- companheira quando resta demonstrada a ausência de necessidade, pois se trata de mulher jovem, capaz, com formação*

# Superior Tribunal de Justiça

*superior e que foi aprovada em concurso público, exercendo atividade laboral.*

*3. Tendo a recorrida plenas condições de se manter com seus ganhos e não tendo despesas extraordinárias não se justifica a manutenção do encargo alimentar, mesmo que o valor tenha sido reduzido. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 1.358).*

Os embargos de declaração opostos por P. F. L. foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.366/1.368).

Irresignada, M. H. S. interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando a violação dos arts. 1.694 e 1.566, III, do CC/02 em virtude da necessidade de alimentos provisórios.

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 1.392/1.401).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso está prejudicado.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

Após análise do site do TJRS é possível verificar que aos 5/4/2016 a ação foi julgada parcialmente procedente e o acórdão que manteve a sentença teve o seu trânsito em julgado certificado aos 22/2/2017:

*UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. TERMO INICIAL E FINAL. PROVA. PARTILHA. ALIMENTOS. DANO MORAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. 1. Constitui união estável a convivência sob o mesmo teto, com publicidade e notoriedade, evidenciando uma comunhão de vida e de interesses. 2. Deve ser reconhecida a entidade familiar no período em que o casal conviveu sob o mesmo teto, com o evidente intuito de constituir família, o que ocorreu no período apontado na sentença. 3. Como ficou comprovada a união estável no período reconhecido na sentença, devem ser partilhados de forma igualitária todos os bens adquiridos a título oneroso na constância da vida em comum, pouco importando qual tenha sido a colaboração prestada. 4.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Como a autora não comprovou de forma cabal que nunca trabalhou durante o casamento, e como é capaz, foi aprovada em concurso público e não há nos autos indicativos de que os problemas de saúde que enfrenta a impeçam de trabalhar e ter uma vida normal, descabe fixar alimentos em seu favor. 5. Não se pode confundir conveniência de perceber alimentos com necessidade, que decorre da incapacidade de prover o próprio sustento. 6. O reconhecimento de dano moral no casamento reclama extrema cautela e apuração criteriosa dos fatos. 7. Descabe estabelecer indenização por alegadas agressões verbais, quando tais fatos não restaram comprovados, não ultrapassando o plano da mera alegação, pois restou incontroversa apenas a efetiva ruptura da vida conjugal. 8. Deve se mantido o benefício da AJG deferido ao réu, quando a autora não logrou comprovar que ele possui condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do próprio sustento, não podendo ser confundida a condição financeira dele com a do seu genitor. 9. Não se verifica a litigância de má-fé, quando não comprovada quaisquer das hipóteses legais previstas no art. 80 do NCPC. Recursos desprovidos*

Portanto, fica prejudicado o objeto do presente recurso especial que visava o restabelecimento da decisão que fixou alimentos provisórios.

Ante o exposto, **JULGO PREJUDICADO** o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO  
Relator